



“AMARÁS O TEU PRÓXIMO COMO A TI MESMO”: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA POR RELIGIOSOS

Felipe Augusto Monteiro Cravo¹

Ellika Trindade²

RESUMO: O presente artigo é proveniente de uma pesquisa de conclusão de curso, na qual se objetivou compreender as representações sociais de religiosos sobre a homossexualidade masculina. Sendo as representações sociais compreendidas como saberes construídos socialmente para interpretação e comunicação da realidade, atentou-se nesta pesquisa para o caráter preditivo e convencionalista que a representação sobre a homossexualidade pode desempenhar no espaço público. Para tanto, 34 participantes (n=34) responderam a três questionários sobre suas percepções referentes ao que é a homossexualidade e como reagem frente à revelação da homossexualidade de um amigo, um irmão e um filho. A pesquisa revelou que 56% dos participantes apresentam representações negativas sobre a homossexualidade, sendo que 53% das representações positivas são de religiosos espíritas kardecistas. A pesquisa também revelou que os participantes que apresentaram representações negativas sobre a homossexualidade também possuem maior desconforto frente à revelação da mesma. É importante atentar que tal pesquisa teve como objetivo compreender as dificuldades que alguns religiosos ainda apresentam para entender as relações homossexuais, e ao final revelou a necessidade em continuar estudos como a comunidades religiosas acerca da sexualidade humana.

PALAVRAS-CHAVE: Homossexualidade; Construção social do pensamento; Religião.

INTRODUÇÃO

Segundo Endsjo (2014), há séculos a sexualidade e a religiosidade influenciam-se mutuamente em relação às suas práticas. Logo, é difícil saber qual das instituições iniciou a tentativa de controle sobre a outra; mas é certo que ambas estabelecem uma forte influência frente aos modos de subjetivação dos seres humanos.

O atual cenário social e político brasileiro ilustra de forma explícita o debate entre tais instituições por meio de declarações públicas; ora ativistas LGBTTT buscando modificar precedentes religiosos por vezes preconceituosos, ora proeminentes líderes religiosos deflagrando discursos conservadores refratários às manifestações da diversidade sexual no espaço público. Neste contexto aparecem partidos políticos com viés ideológico cristão (exemplo: PSC – Partido Social Cristão), senadores e deputados conservadores vinculados a instituições religiosas e pastores evangélicos na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados; todos trabalhando diligentes na busca por marginalizar simbolicamente qualquer expressão

¹ Psicólogo (PUC-Minas), Mestrando em Psicologia da Aprendizagem e Desenvolvimento (UNESP-Bauru).

² Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia pela USP- Ribeirão Preto. Professora adjunto IV do curso de Psicologia da PUC Minas Campus Poços de Caldas, orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso.

sexual não-heteronormativa. Ao mesmo tempo em que se prega “amarás ao teu próximo como a ti mesmo”, percebe-se um adendo: “recriminará os sentimentos e desejos de teu próximo quando for conivente aos ditames religiosos”.

Diante disto, a pesquisa de conclusão de curso da qual este artigo é proveniente, teve como objetivo ouvir religiosos de cinco denominações religiosas para compreender suas representações sociais sobre a homossexualidade.

As representações sociais e a construção social da realidade

O criador da “Teoria das Representações Sociais (TRS)” foi o psicólogo romeno, naturalizado francês, Serge Moscovici (1928 – 2014). Segundo Farr (1995), Moscovici baseou-se para construir sua abordagem teórica em críticas às obras de Émile Durkheim (1858-1917) e sua teoria das representações coletivas.

A abordagem de Moscovici também ficou conhecida por ter a característica de uma Psicologia Social Sociológica. Embora, seja pertinente tal classificação para distanciar as concepções moscovicianas de Psicologia Social das compreensões positivistas norte-americanas nesta mesma disciplina, esta nomenclatura não pretende compreender que o autor está enfatizando os determinantes sociais no desenvolvimento humano em detrimento dos fatores psicológicos. Na verdade, quando em 1961 Moscovici publica sua tese de doutorado “*La psychanalyse, son image et son public*” há a pretensão de unificar sob uma mesma unidade de análise o que houvera sido dividido como corpo e mente, indivíduo e sociedade, não sobressaindo social ao individual ou vice-versa, mas compreendendo os fenômenos humanos como um todo dinâmico e expansivo (FARR, 1995).

Segundo Sá e Arruda (2000), o interesse brasileiro, assim como da América Latina para com os estudos em representações sociais, ecologia, feminismo e saúde mental, iniciou-se nos anos 80, quando na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) de Paris tais discursos faziam-se emergentes. Denise Jodelet fora orientadora da venezuelana Maria Auxiliadora Banchs e este contato propagou a Teoria das Representações Sociais no Brasil, reverberando em diálogos constantes sobre esta nova matriz epistemológica em psicologia social (SÁ; ARRUDA, 2000). De fato, a grande adesão a esta matriz epistemológica em psicologia social, deu-se na América Latina devido ao período histórico de ditadura, miséria e conflitos políticos vividos ao sul do equador.

Portanto, compreende-se que representações sociais são formas de conhecimento que se apresentam como elementos cognitivos, mas não se reduzem aos mesmos; contribuindo

assim para a comunicação e a construção de uma realidade comum e compartilhada (SPINK, 1993). De acordo com Jovchelovich (1995) as representações sociais seriam “uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente” (p. 81). Por isso a elaboração de uma representação social por grupos humanos tende a favorecer aos sujeitos comunicações de suas experiências e percepções diante de novos objetos sociais até o momento desconhecidos, organizando e dando coesão a comunicação do grupo. Para tanto, as representações sociais funcionam como produto e processo, envolvendo uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e da elaboração psicológica e social dessa realidade feita por aquele ou aqueles que a representam (CHAVES; SILVA, 2011).

Estudá-las – as representações sociais – significa investigar as construções da realidade de que emergem em espaços ocupados por discursos do senso comum (SÁ; ARRUDA, 2000; SPINK, 1995). No que se refere à sexualidade, e neste artigo em específico à homossexualidade, estudar as representações desta, implica na tentativa de elaborar meios para diminuição das perdas, sociais e emocionais, de um grupo inferiorizado socialmente.

Berger e Luckman (2003) destacam que por meio das práticas sociais, da história e dos discursos, os seres humanos passam a construir realidades. É com estas realidades construídas que os sujeitos sociais interagem e, sobre as quais se comunicam. De forma sistemática tipificam-se padrões de comportamento, os quais em um primeiro momento são importantes para a sobrevivência da espécie e da cultura; com o passar do tempo tornam-se normas sociais intransponíveis, mesmo quando injustificáveis e não coerentes com novos contextos. Neste ínterim Moscovici (2012) questiona: “não sabemos quase nada desta alquimia que transforma a base metálica de nossas ideias no ouro de nossa realidade” (p. 48).

Ademais para Moscovici (2012) o passado torna-se mais real que o presente, e as representações sociais ganham maior tônus diante do quanto controlam a realidade de hoje por meio da realidade de ontem. Essa compreensão pode culminar em distorções que afirmem uma passividade dos sujeitos diante de suas histórias, impossibilitando-os de reverter e transformar o curso de suas vidas. Entrementes a proposta de Moscovici (1961) é demonstrar exatamente o contrário. Ou seja, o autor pretende demonstrar como as ideias transformam-se socialmente por meio das relações emergentes na vida social; uma vez que a maioria das ideias advém de lugares concisos nos quais o conhecimento não é flexível, as mesmas ao adentrarem este ambiente dinâmico e permeável do senso comum transformam-se.

Este “lugar” – e aqui entre aspas porque não são delimitações físicas e materiais, mas simbólicas e relacionais – no qual as ideias circulam livremente e se transformam existe em

diálogo com o “lugar” no qual as ideias assumem um caráter formal e conceitual, Moscovici (1961) chamou estes “lugares” respectivamente de universos consensuais e universos reificados. Para compreender as representações sociais não basta saber somente que são dinâmicas cognitivamente formadas e compartilhadas que nascem na vida cotidiana, faz-se necessário entender como este fenômeno ocorre e quais espaços ele ocupa. Para tanto se discutirá sobre: (1) o universo reificado e o universo consensual; (2) os processos de ancoragem e objetivação e (3) as funções das representações sociais na vida social.

Como já dito, de acordo com a Teoria das Representações Sociais, compreende-se a existência de um *locus* de produção do conhecimento que percebe a sociedade como um sistema de entidades invariáveis, sistematizando ideias, pessoas, ambiente e atividades (MOSCOVICI, 2012; OLIVEIRA; WERBA, 2003). Este seria o espaço do(s) universo(s) reificado(s), que congrega as instituições sociais consolidadas historicamente e se encarregam de normatizar as verdades sobre o mundo físico e social; as ciências, bem como a religião e a moral ocupam este lugar. Simultaneamente existe um *locus* de produção de conhecimento que é permeado por sentido e em constantes transformações diante do caráter inédito da experiência humana, este seria o universo consensual, ocupado por pessoas comuns (MOSCOVICI, 2012).

Estes universos interagem de forma dialógica uma vez que são seres humanos os responsáveis pela existência de ambos. Contudo, o universo reificado tende a permanecer invariável por longos períodos de tempo e não possuem um corpo físico responsável por suas transformações; em contrapartida, no universo consensual as pessoas possuem formas (branca, negra, mulher, homem, psicólogo, artesão, líder religioso, entre outras) e suas relações e transformações acontecem de modo mais abrupto diante das necessidades emergentes (MOSCOVICI, 2012; MOSCOVICI, 1962).

É possível relacionar os conceitos – universo reificado e consensual – com as ideias de Certeau (1998) sobre os personagens sociais na produção de cultura, sendo os produtores de cultura (“gestores” do universo reificado) aqueles responsáveis por sistematizar e legislar sobre as relações naturais e sociais, reguladores da tradição e criadores de ambientes para o desenvolvimento subjetivo. Conquanto, os consumidores (“habitantes” do universo reificado) seriam aqueles que se deslocam nos interstícios dos dispositivos de controle gerados pelos produtores, inovando, por meio das experiências diretas com o mundo, modos de existência idiossincráticos às necessidades individuais e/ou grupais.

Compreendidos os personagens e os ambientes imbricados na criação e manutenção das representações sociais, faz-se necessário discutir como nascem e se reproduzem tais re-

representações. Moscovici (1961) discorre sobre dois processos que subsidiam a existência das representações sociais: ancoragem e objetivação. É importante destacar que a partir destas concepções percebe-se o caráter epistemológico implícito em todas as discussões sobre representações sociais.

Os processos de ancoragem e objetivação se referem ao modo como um novo elemento/fenômeno social é apreendido pelos humanos (DESCHAMPS; MOLINER, 2009). Desde que nascem os seres humanos adentram a cultura por meio da aprendizagem sobre as regras e normas sociais. Sendo o desenvolvimento humano ininterrupto, ocorrem trocas de informações de dentro para fora e de fora para dentro deste sistema complexo que corresponde à consciência humana (MOSCOVICI, 2012).

A ancoragem, portanto, refere-se à tentativa de estabelecer uma relação de sentido a um novo objeto social com um quadro de referências pré-aprendido pela história individual de cada sujeito, diminuindo assim o desconhecimento sobre este novo objeto por meio de experiências anteriores (MOSCOVICI, 1961; SPINK, 1993; DESCHAMPS; MOLINER, 2003). Entrementes a objetivação corresponderia em, por meio de seus conhecimentos prévios, os sujeitos olharem para o mundo e cristalizarem conceitos e práticas. Assim os objetos e fenômenos sociais são vistos como existentes fora do seu quadro conceitual de referência. Moscovici (1961) exemplifica este fenômeno ao relatar como os parisienses, após entrarem em contato com os conceitos psicanalíticos sobre o “Complexo de Édipo”, passaram a defini-lo por meio de identificações de imagens comuns no cotidiano social dizendo de sofrimentos causados por mal resolvidos complexos de Édipo.

Por fim, qualquer característica humana, seja ela biológica ou social, existe e se mantém diante da função que desempenha para a espécie. Segundo Chaves e Silva (2011) as representações sociais possuem quatro funções essenciais, que são: “de conhecimento, identitária, de orientação e justificadora” (p. 304). De *conhecimento*, pois, por meio das representações sociais pode-se explicar parte da realidade, – ainda que esteja esta explicação em função de um quadro de referências específicas – permitindo que a comunicação estabelecida entre um grupo seja coerente. *Identitária*, porque, dado um quadro de referências de um grupo X (exemplo: *hippies*) promove-se a este grupo a possibilidade de conhecer e comunicar sobre a realidade entre seus membros, de tal maneira que este grupo diferenciar-se-á do grupo Y (exemplo: *Ku Klux Klan*). É por meio de representações sociais que se formam grupos sociais, embora pertencentes à mesma nacionalidade, etnia, orientação sexual; o que mantém um grupo unido, e dá a este grupo uma identidade, é um discurso único sobre a realidade.

A terceira e quarta funções referem-se às práticas e comportamentos decorrentes de uma representação social, sendo *orientação* a função que age previamente sobre a realidade, orientando a visão sobre eventos e fenômenos sociais de modo a buscá-los ou recusá-los, e a função *justificadora* refere-se à explicação e validação de comportamentos e atitudes advindas de representações sociais (CHAVES; SILVA, 2011).

Há também as funções citadas por Spink (1993) que são: função social (orientação das comunicações e das condutas); função afetiva (proteção e legitimação de identidades sociais) e função cognitiva (familiarização com a novidade). Ambas as delimitação das funções das representações sociais acima, citadas por Spink (1993) e Chaves e Silva (2011), guardam similaridades, alterando a nomenclatura com a qual descrevem tais funções.

Conquanto, para este trabalho optou-se por utilizar as funções descritas por Moscovici (2012). Por serem mais concentradas as funções descritas por Moscovici contribuem para análises sociais nas quais, para além de entender as dinâmicas de uma representação social, se almeje inferir suas consequências na sociedade. Deste modo o autor identifica duas funções das RS, sendo elas: *convencionalistas* e *prescritivas*. Convencionalistas, pois “dão forma definida, localizam em determinada categoria e gradualmente colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas, interpretar situações e imagens” (MOSCOVICI, 2012, p. 32). E *prescritivas*, uma vez que os grupos sociais por meio do conhecimento e da comunicação sobre a realidade que desenvolveram, pressionam novos sujeitos a não mais re-pensar o já pensado. Além disso, se um fenômeno/objeto social já é descrito e compreendido, fica prescrito como agir e o que esperar do mesmo.

Em resumo, as representações sociais emergem das práticas sociais cotidianas frente às tradições individuais que são construídas por grupos sociais e compartilhadas entre tais grupos. Tais representações embora tenham referências nas práticas e saberes consolidados por instituições sociais por meio dos discursos de poder de tais instituições sobre a realidade, alteram e modificam seus axiomas por meio das vivências e experimentações cotidianas em grupos. Além do mais, as representações sociais possuem a função de promover convenções sobre a realidade e prescrever modos de portar-se e pensar diante de elementos sociais inéditos ou antigos.

METODOLOGIA

A Teoria das Representações Sociais é em si um referencial teórico e metodológico para pesquisas sociais. É característico de estudos sob este aporte teórico recorrer a análises

de caráter qualitativo para ilustrar o funcionamento e as relações sociais e históricas percebidas pelo discurso coletado. Porém, é sabido que no âmbito das Políticas Públicas, e das pressões sociais para mudanças legislativas, assim como para evidenciar fenômenos complexos, faz-se necessário recorrer a análises quantitativas. Deste modo, utilizou-se nesta pesquisa de análise quantitativa e também qualitativa para compreender as representações sociais sobre a homossexualidade masculina.

Optou-se por não pesquisar sobre a homossexualidade feminina, a transexualidade, ou a bissexualidade, enfim sobre outras manifestações da sexualidade humana por se acreditar que haja especificidades relativas a cada uma delas. Como praxe de pesquisas com seres humanos, foi requerido ao Comitê de Ética em Pesquisa (PUC-MG) parecer favorável para realização das entrevistas (Nº 535,600, CAAE: 22397413.0000.5137). O único critério para responder ao questionário era o/a participante ter mais de 18 anos.

Participantes

A pesquisa contou com 34 participantes (n=34), dentre eles 17 mulheres e 17 homens (média etária 39,6 anos). Destes participantes, oito se denominaram Espiritas Kardecistas, dez Adventistas do Sétimo Dia, seis Evangélicos da Igreja do Evangelho Quadrangular, sete Católicos Apostólicos Romano e três membros da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Todos os participantes da pesquisa responderam que conheciam homens homossexuais. Não foram coletadas respostas de religiosos africanas, nem orientais devido à diferença fundamental do embasamento teológico de tais religiões.

Local e procedimento de coleta de dados

Após contato prévio com os líderes/representantes religiosos de cada instituição estabeleceu-se dias específicos para entregar os questionários e recolhimento dos mesmos, nos endereços correspondentes a cada denominação religiosa. A coleta de dados ocorreu em uma cidade do Sul de Minas Gerais. O pesquisador não permanecia ao lado dos participantes enquanto os mesmos respondiam ao questionário. Antes da entrega dos instrumentos específicos da pesquisa os participantes assinavam o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) e um questionário sobre características vistas como importantes variáveis para esta pesquisa: gênero, orientação sexual, Estado Civil e Escolaridade.

Instrumentos

Para esta pesquisa desenvolveu-se dois instrumentos, os quais visavam: 1º identificar as palavras que melhor definiriam a homossexualidade masculina por tais religiosos e 2º suas reações diante da revelação da homossexualidade de um amigo, um irmão e um filho. O primeiro instrumento chamado “Inquérito – O que é a Homossexualidade” solicitava aos participantes que citassem as seis primeiras palavras que lhes viesse a “mente” quando pedido que completasse a sentença “A homossexualidade é...”, após esta tarefa a/o participante deveria selecionar duas palavras que melhor completassem a sentença e por fim escolher uma única palavra. O segundo instrumento (Figura 1) foi criado pelos pesquisadores e consiste em três situações-problema fictícias, na qual os participantes deviriam apontar seu grau de desconforto por meio de uma escala *Likert*:

Figura 1: Instrumento 2 – situações-problema

- 11.a) Seu melhor amigo e você estão em um parque que gostam e costumam ir, porém hoje seu amigo parece estar triste, então, ele revela a você que está apaixonado por um homem, e não sabe o que fazer, já tentou não pensar a respeito ou sair com outras garotas, porém nada disso adiantou.
(pouco desconforto) 1.....2.....3.....4.....5.....6.....7 (muito desconforto)
- 11.b) Suponhamos que você tenha um irmão adolescente, e que após um grande período de rebeldia, você, ao perguntar como ele se sente, ouve seu irmão dizer aos prantos que o motivo de ele estar se comportando assim é que há um tempo está se relacionando com uma pessoa do mesmo sexo, e tem vergonha e medo que descubram, porém ele afirmou estar realmente sentindo-se bem com a pessoa.
(pouco desconforto) 1.....2.....3.....4.....5.....6.....7 (muito desconforto)
- 11.c) Imagine que você possui um filho o qual sempre fora muito tranquilo e seu amigo. Embora tenha namorado algumas meninas, hoje aos 19 anos, afirma-se homossexual.
(pouco desconforto) 1.....2.....3.....4.....5.....6.....7 (muito desconforto)

Fonte: Elaborada pelos autores, 2015.

Procedimento de análise de dados

Os dados passaram por um tratamento estatístico com o *software Excel* 2010. Para tanto, os dados foram tabulados em um primeiro momento utilizando as respostas de todos os participantes, seguido pela divisão entre os grupos religiosos.

Para as análises das respostas textuais foi utilizado o método desenvolvido por Bardin (2011) sobre análise de conteúdo. Este método consiste em esgotar todas as palavras coletadas e categorizá-las conforme suas proximidades. Para atender ao objetivo deste artigo somente as últimas palavras escolhidas por cada participante foram analisadas. De fato, as demais palavras também constituem um excelente material de pesquisa que poderá ser detalhado futuramente.

As categorias de análise encontradas a partir das respostas dos participantes foram divididas em categorias positivas e negativas, cada categoria subdividindo-se de acordo com as especificidades encontradas. (1) Categorias Positivas, subcategorias: Resposta Afirmativa/Positiva (RAP), Sem intencionalidade (S/I) e Dificuldades (Df). Essas categorias foram compreendidas como positivas por evidenciarem uma compreensão não intencional da homossexualidade, assim como compreendê-la – a homossexualidade – como uma realidade natural e/ou social isenta de hostilidade ou rebaixamento.

As (2) categorias negativas são: Normatização (Nor), Influência Social (IS), Intencionalidade (Int) e Conteúdos Agressivos (CA). Em contraste com as categorias positivas, neste grupo estão alocadas as respostas que carregam de culpa, hostilidade e desajustamento as práticas homossexuais entre homens, sendo, portanto, representações que podem gerar climas de tensão e atritos que desigualem homossexuais e heterossexuais enquanto sujeitos de direitos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a análise das respostas ao Inquérito – “O que é homossexualidade?”, apresenta-se a tabela 1, na qual as porcentagens de respostas estão categorizadas em positivas ou negativas e frente a cada grupo de religiosos. Houve omissão de respostas no grupo de adventistas e espíritas, portanto, a soma das porcentagens de tais grupos não totaliza 100% do número de participantes.

Tabela 1: Porcentagem das categorias de respostas ao inquérito – “O que é a homossexualidade?” em função da denominação religiosa.

Den. Religiosas	Categorias Positivas	Categorias Negativas
Espíritas	88%	0
Adventistas	10%	80%
Católicos	43%	57%
Evangélicos	17%	83%
SUD	33%	67%

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Por meio dos dados da tabela 1 pode-se verificar uma maior porcentagem de respostas concentradas nas categorias negativas, com exceção do grupo de espíritas no qual as respostas foram 88% como categorias positivas. Algumas palavras mais frequentes das categorias negativas foram: pecado, opção, anomalia/aversão e falta de identificação sexual, enquanto que as palavras enquadradas como categorias positivas foram: natural, orientação, respeito e prova-

ção. Esse resultado revela uma compreensão hostil sobre a homossexualidade a qual pode estar relacionada aos discursos religiosos que os participantes compartilham. A exegese que o cristianismo faz dos textos bíblicos pode contribuir para esta compreensão marginalizada sobre a homossexualidade.

De acordo com Moscovici (1961) as ancoragens são os subterfúgios cognitivos que se recorre para compreender novos fenômenos, diferentes ao comum. Portanto, as repostas das categorias negativas, frente a uma pergunta que dizia respeito sobre a homossexualidade, foram embasadas em conceitos cristãos como pecado e opção. A resposta “opção” ainda que tenha ares do pós-modernismo consumista-individualista, pode referir-se ao livre-arbítrio concedido pelo Senhor Deus aos humanos, o que permitiria a eles fazer o certo ou pecarem. E no caso a homossexualidade seria uma escolha pelo pecado.

De fato, a compreensão de que a homossexualidade é um pecado ou uma opção pelo pecado é coerente e justificada diante das interpretações dos textos sagrados. Contudo, estas representações negativas sobre a prática homossexual podem prescrever comportamentos agressivos e desumanos dirigido a pessoas que se identifiquem como homossexuais. Segundo César (2013) existe um número expressivo de mortes de homossexuais (em 2012 foram registrados mais de 100 assassinatos por homofobia) mensurado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB). Além disso, se observam dados de exílio político concedido a homossexuais em outros países. Tais situações apontam para uma violação dos direitos humanos fundamentais. Mas tal violação se pauta em quais princípios?

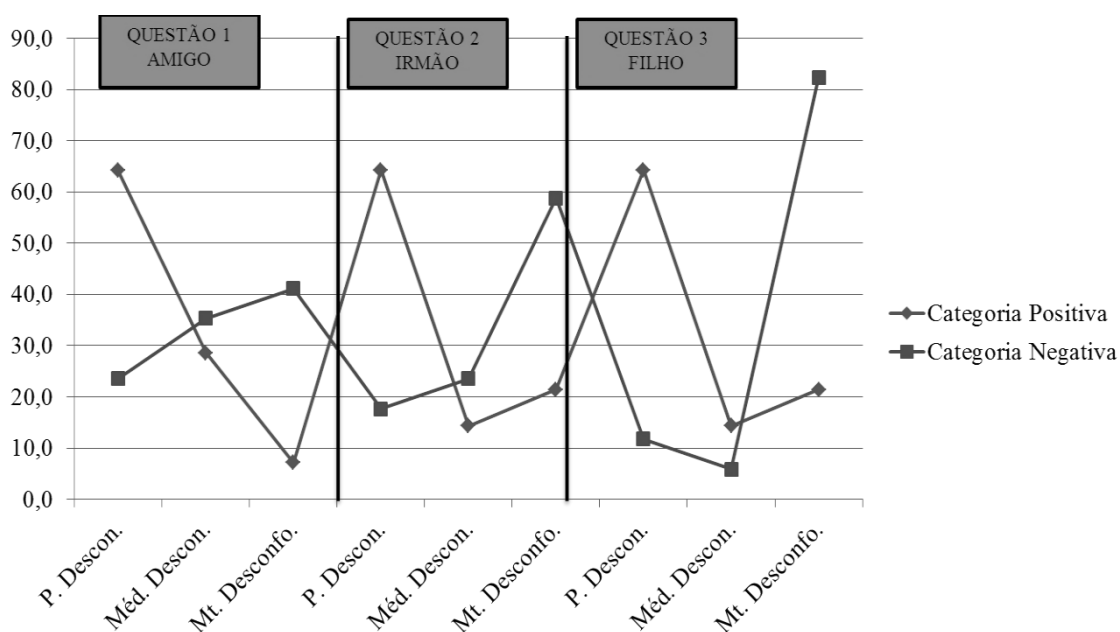
Não se pretende dizer que são os religiosos que agridem homossexuais, tal afirmativa seria imprudente e simplista. O que se discute aqui é: qual o discurso que subsidia a leitura da homossexualidade como um desvio de conduta e não como uma condição normal? Sendo as representações sociais formadas por discursos sociais e pela cristalização de aspectos da tradição, qual a imagem criada e promulgada pelos religiosos os quais as suas respostas se enquadraram como negativas? Deste modo, os participantes que responderam de forma negativa à homossexualidade podem em seu cotidiano propagar tal perspectiva e assim gerar climas de tensão para homossexuais no espaço público.

É visível que, embora os respondentes pertençam a grupos religiosos específicos, não há concordância total em nenhuma categoria, indicando a possível existência de variáveis que contribuam para que alguns religiosos não vejam a homossexualidade como algo negativo. É possível que uma leitura mais amistosa e atualizada dos textos bíblicos contribua para expressarem-se com afeto e respeito acerca da homossexualidade.

Tais conjecturas são viáveis diante da teoria das representações sociais compreendida enquanto uma construção social do pensamento, pois, se o pensamento não nasce pronto nas pessoas, logo existem fatores que contribuem e favorecem para que os mesmos se construam por meio da linguagem nos seres humanos (BERGER; LUCKMAN, 2003). Nesta pesquisa, aponta-se como sendo os preceitos religiosos cristãos os quais subsidiam ainda uma visão conservadora sobre as praticas homossexuais.

O segundo instrumento analisado contempla as situações-problema frente à revelação da homossexualidade. Mediante a categorização em respostas positivas e negativas a figura 2 ilustra o grau de desconforto apresentado por tais participantes.

Figura 2: Desconforto frente à revelação da homossexualidade.



Fonte: Dados de pesquisa, 2015.

Na figura 2 fica evidente que os respondentes que expressaram uma compreensão enquadrada como positiva sobre a homossexualidade mostraram menor desconforto diante das três situações-problema sugeridas pela pesquisa. Conquanto, os participantes referentes às categorias negativas, os quais compreendem a homossexualidade como um desvio, desajuste ou um pecado apresentaram muito desconforto nas três situações-problema.

É possível observar um ascendente desconforto na categoria positiva quanto maior o grau de afetividade que se tem para como a pessoa que revela sua homossexualidade. Deste modo, vê-se 40% de respostas como muito desconforto quando um amigo se revela homossexual, 60% quando um irmão e mais de 80% quando um filho.

Estes dados corroboram novamente com o que fora expresso até o momento no que se refere ao caráter preditivo de uma representação social. Ou seja, ao compreender a homossexualidade como algo ruim e desviante, gera-se maior desconforto quando tal fenômeno ocorre mais próximo a tais participantes.

De acordo com Lima (1983) a minoria chamada de homossexual na verdade corresponde a um número expressivo da população brasileira. Portanto, muitos deles podem nascer em lares de religiosos ou conviver com religiosos enquanto vizinhos, amigos ou parentes. Os dados desta pesquisa mostram que tal convívio pode ser hostil e repressor para pessoas que se compreendam como homossexuais, pois geraram muito desconforto àqueles que os rodeiam. A inclusão e o não julgamento professados pela pessoa de Jesus na construção dos pilares de sua teologia parecem hoje não ser eficazes quando observar-se um desconforto tão alto diante da *hipótese* de alguém revelar seu sentimento de amor.

As Igrejas apresentam-se como um lugar de acolhimento e resgate, mas para acolher ou resgatar alguém no mínimo há a necessidade de compreender e respeitar tal sujeito. Torna-se inviável pedir ajuda ou solicitar conselhos ao se deparar com grupos que rejeitam e desconfortam-se diante de um modo de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho Federal de Psicologia (1999) possui uma resolução que veda aos psicólogos engajarem-se em curas ou tratamentos reversivos a homossexuais, por entender tais práticas como fajutas e socialmente impostas por preconceitos. Além disso, na década de 80 a homossexualidade foi retirada dos manuais diagnósticos médicos. A legislação brasileira assim como muitas legislações internacionais compreendem como possível a união estável de casais homossexuais.

Portanto, a única instância discursiva que ainda preserva características excludentes e hostis à prática homossexual seria de alguns religiosos com base em crenças conservadoras. Pesquisas que deem a tais religiosos vozes para dizerem o que pensam sobre o assunto podem favorecer aos movimentos LGBT compreender as dificuldades que tais religiosos apresentam. Existem motivos que mantêm alguns religiosos acreditando na inferiorização das práticas homossexuais e é dever das pesquisas compreender tais crenças se se almeja transformá-las.

Transformá-las não deve ser compreendido como convertê-las, mas sim ajustá-las para que possa haver um convívio social menos hostil para ambos os grupos. Respeitando e asse-

gurando o direito das pessoas expressarem seus modos de vida sem almejar a subtração de direitos uns dos outros.

A teoria das representações sociais apresenta-se como útil por levar em consideração os saberes do cotidiano e visa a entender esta “máquina” que transforma os pensamentos individuais em ações no espaço público.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 23.ed. Petrópolis: Vozes, 2003. Cap. II, p. 69-125.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Resolução CFP 001/99 de 22 de março de 1999.

CÉSAR, Marília de Camargo. **Entre a cruz e o arco-íris**: a complexa relação dos cristãos com a homoafetividade. Belo Horizonte: Ed. Gutenberg, 2013.

CHAVES, Antônio M.; SILVA, Priscila L. Representações sociais IN: TORRES, Ana R. R., et al (Orgs) **Psicologia social**: temas e teorias. Brasília: Technopolitik, p. 299-349, 2011.

DESCHAMPS, Jean-Claude; MOLINER, Pascal. **A identidade em psicologia social**: dos processos identitários às representações sociais. Petrópolis: Vozes, 2009.

ENDSJO, Dag O. **Sexo e religião**: do baile de virgens ao sexo sagrado. São Paulo: Geração editorial, 2014.

FARR, Robert. Representações sociais: a teoria e sua história. IN: GUARECHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, p. 31 – 61, 1995.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais: IN: GUARECHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, p. 63 - 87, 1995.

LIMA, Dêlcio Monteiro. **Os homoeróticos**. Rio de Janeiro; F. Alves, 1983.

MOSCOVICI, Serge. **La psychanalyse son image et son public**. Paris: PUF, 1961.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, Fátima O; WERBA, Graziela C. Representações sociais In: JACQUES, M. C et al (Orgs). **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis: Vozes, p. 104 – 117, 2003.

SÁ, Celso P.; ARRUDA, Angela. O estudo das representações sociais no Brasil. **Revista de ciências humanas**. Florianópolis: EDUFSC, Edição Especial Temática, p. 11- 31, 2000.

SPINK, Mary J. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 300-308, jul/set, 1993.